

ASSOCIAÇÃO EVANGÉLICA BENEFICENTE ESPÍRITO SANTENSE – AEBES HOSPITAL ESTADUAL DR. JAYME SANTOS NEVES – HEJSN

CNPJ 28.127.926/0002-42

PARECER DO CONSELHO FISCAL

A Assembleia Geral da AEBES
Associação Evangélica Beneficente Espírito-Santense
Hospital Estadual Dr Jayme Santos Neves – HEJSN

O Conselho Fiscal da AEBES – Associação Evangélica Beneficente Espírito-Santense, no uso de suas atribuições legais descritas no artigo 46, inciso 2, do Estatuto Social da AEBES, examinou as Demonstrações Contábeis e demais documentos relativos às operações realizadas por esta Instituição referente ao Hospital Estadual Dr Jayme Santos Neves, com o objetivo de expressar sua opinião sobre os atos da Administração referentes ao Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2014.

Com base nos documentos apresentados, nas análises realizadas e esclarecidas pelos Setores Financeiro e Contábil, a Auditoria Independente considerou adequadas as demonstrações contábeis do referido exercício. Observando a ênfase apontada pela Auditoria Independente em relação ao Processo TC – 2299/2013, este Conselho Fiscal recomenda a aprovação da prestação de contas à Assembleia Geral da AEBES. Vila Velha – ES, 12 de Março de 2015. Filipe Cortes Teixeira-Relator; Renato de Souza-Secretário; Odyr Cesar Vargas-Membro Efetivo; Leni Constança de Oliveira-Membro Suplente

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos administradores e associados
Associação Evangélica Beneficente Espírito Santense – AEBES
Hospital Estadual Dr. Jayme Santos Neves
Serra, ES

Examinamos as demonstrações financeiras da Associação Evangélica Beneficente Espírito Santense – AEBES referente ao Hospital Estadual Dr. Jayme Santos Neves (“Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do superávit / déficit e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados

nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar a nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Associação Evangélica Beneficente Espírito Santense – AEBES referente ao Hospital Estadual Dr. Jayme Santos Neves em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Conforme Nota 32, no dia 01 de março de 2013, o Ministério Público Especial de Contas e o Ministério Público do Estado do Espírito Santo emitiram o Termo de Notificação nº 0283, referente ao Processo TC – 2299/2013, solicitando a suspensão da execução do Contrato de Gestão nº 001/2012 referente à gestão do Hospital Estadual Dr. Jayme Santos Neves. O processo não teve liminar concedida contra a AEBES – Associação Evangélica Beneficente Espírito Santense, até a presente data. Sem a referida liminar, motivou-se o ajuizamento pela defensoria, de agravo de instrumento, recentemente julgado pelo Tribunal a favor da AEBES conforme acórdão expedido em 02 de dezembro de 2014 e publicado em 15 de dezembro de 2014. A Administração da AEBES está aguardando o encerramento do processo quanto à manutenção do contrato de gestão. Consequentemente, as demonstrações financeiras não refletem nenhum ajuste requerido caso seja rescindido o Contrato de Gestão nº 001/2012. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, preparada sob a responsabilidade da Administração da Entidade, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas Normas Internacionais de Relatórios Financeiros – IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Vitória, ES, 27 de fevereiro de 2015.

Wladimir Firme Zanotti
Contador CRC 1ES007326/O-5

BAKER TILLY BRASIL-ES
Auditores Independentes
CRC 2ES000289/O-5

BALANÇO PATRIMONIAL

(Em reais)

ATIVO	Nota	Em 31 de dezembro de 2014	Em 31 de dezembro de 2013	PASSIVO	Nota	Em 31 de dezembro de 2014	Em 31 de dezembro de 2013
CIRCULANTE		36.482.992	24.465.812	CIRCULANTE		35.395.051	24.359.900
Caixas e equivalentes de caixa	4	13.000.899	11.508.892	Fornecedores e outras contas a pagar	11	11.446.571	9.316.907
Contas a receber de clientes	5	20.120.458	10.736.142	Obrigações sociais	12	3.258.661	2.725.327
Estoques	6	2.621.389	2.069.789	Provisões sociais	13	3.034.700	1.956.920
Outros ativos circulantes	7	740.246	150.988	Obrigações fiscais	14	206.331	249.244
				Recursos públicos p/ investimentos a realizar	15.1	290.380	1.003.607
				Recursos públicos p/ custeio a realizar	15.2	17.158.408	9.107.896
NÃO CIRCULANTE		170.112	37.007	NÃO CIRCULANTE		1.258.053	142.919
Depósitos judiciais	16	34.788	6.914	Provisões para processos judiciais	16	1.258.053	142.919
Imobilizado	8	126.761	23.165				
Intangível	9	8.563	6.929	PATRIMÔNIO SOCIAL	17	-	-
CONTAS DE COMPENSAÇÃO ATIVA		25.502.115	12.697.256	CONTAS DE COMPENSAÇÃO PASSIVA		25.502.115	12.697.256
Imobilizado de terceiros	18	12.659.170	12.697.256	Imobilizado de terceiros	18	12.659.170	12.697.256
Contrato de prestação de serviço em saúde	18	12.842.945	-	Contrato de prestação de serviço em saúde	18	12.842.945	-
TOTAL DO ATIVO		62.155.219	37.200.075	TOTAL DO PASSIVO		62.155.219	37.200.075

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO SUPERÁVIT OU DÉFICIT DO PERÍODO

(Em reais)

	Nota	Em 31 de dezembro de 2014	Em 31 de dezembro de 2013
RECEITAS OPERACIONAIS		162.700.991	92.930.227
RECEITA HOSPITALAR LÍQUIDA		161.047.145	92.431.877
SESA - SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE		161.047.145	92.431.877
(+) Receita de serviços de saúde	15.2	161.047.145	92.431.877

OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

		1.653.846	498.350
OUTRAS RECEITAS		1.653.846	498.350
(+) Receita com subvenções governamentais	19	1.395.994	450.350
(+) Receita financeira	19	382	-
(+) Receitas diversas	19	257.470	48.000
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS		(162.700.991)	(92.930.227)
(-) Custos de pessoal próprio	20	(41.783.124)	(24.833.074)
(-) Custos de serviços	21	(88.433.593)	(51.670.420)
(-) Custos de materiais	22	(24.553.060)	(12.179.334)

CONTINUAÇÃO

(-) Despesas gerais	23	(4.172.635)	(3.575.216)	Constituição da provisão de contingência	1.208.817	142.919
(-) Despesas financeiras	24	(65.475)	(44.961)	SUPERÁVIT OU DÉFICIT DO PERÍODO AJUSTADO	3.361.898	466.767
(-) Despesas tributárias	25	(81.460)	(15.566)	Clientes	(10.619.065)	(10.736.142)
(-) Depreciações/amortizações	8,9	(998.410)	(323.849)	Outros ativos financeiros	(589.259)	868.716
(-) Provisão para processos trabalhistas e tributários	16	(1.208.817)	(142.919)	Estoques	(551.599)	(2.066.015)
(-) Outras despesas operacionais	26	(169.668)	(144.888)	Depósitos judiciais	(27.874)	(6.914)
(-) PECLD-Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	5	(1.234.749)	-	(AUMENTO) REDUÇÃO DE ATIVOS	(11.787.797)	(11.940.355)
(-) Impostos e contribuições federais e municipais	27	(25.648.724)	(13.945.209)	Fornecedores e outras contas a pagar	2.129.663	9.160.406
(+) Impostos e contribuições federais e municipais - Isenções usufruídas	27	25.648.724	13.945.209	Obrigações sociais	533.334	2.594.738
SUPERÁVIT OU DÉFICIT DO PERÍODO				Provisões sociais	1.077.780	1.943.226
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.				Obrigações fiscais	(42.913)	245.561
				Recursos públicos a realizar	8.050.513	3.846.146
				(AUMENTO) REDUÇÃO DE PASSIVOS	11.748.378	17.790.077
				CAIXA GERADO (CONSUMIDO) PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	3.322.479	6.316.490
				ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(1.117.245)	(353.942)
				Aquisição de ativo imobilizado/intangível	(2.013.322)	(5.690.994)
				Receita diferida de imobilizado/intangível	896.077	5.337.052
				ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(713.227)	3.607
				Subvenções de investimento	(713.227)	3.607
				TOTAL DE GERAÇÃO DE CAIXA DAS ATIVIDADES	1.492.007	5.966.154
				Caixa no início do período	11.508.892	5.542.738
				Caixa no final do período	13.000.899	11.508.892
				AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDA DE CAIXA	1.492.007	5.966.154
				As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras		

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

(Em reais)

	Em 31 de dezembro de 2014	Em 31 de dezembro de 2013
1 - RECEITAS	161.466.242	92.930.227
1.1) Prestação de serviços	161.047.145	92.431.877
1.2) Constituição/reversão de PECLD	(1.234.749)	-
1.2) Outras receitas operacionais	1.653.846	498.350
2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	118.537.773	67.712.778
2.1) Custo do serviço prestado	88.433.593	51.670.420
2.2) Custo de materiais, gastos gerais, contingências e outras despesas operacionais	30.104.180	16.042.358
3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	42.928.469	25.217.448
4 - DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	998.410	323.849
5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)	41.930.059	24.893.600
6 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	25.648.724	13.945.209
6.1) Isenções usufruídas	25.648.724	13.945.209
7 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)	67.578.783	38.838.810
8 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	67.578.783 100%	38.838.810 100%
8.1) Pessoal + encargos	41.783.124 60%	24.833.074 64%
8.2) Impostos, taxas e contribuições	25.730.183 40%	13.960.775 36%
8.3) Despesas financeiras	65.475 0%	44.961 0%
8.4) Superávit	- 0%	- 0%

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013

(Em reais)

1 CONTEXTO OPERACIONAL

Associação Evangélica Beneficente Espírito Santense - AEBES, com sede na Rua Vênus, sem número, Alecrim, Vila Velha - ES inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas, sob o nº 28.127.926/0001-61, é uma sociedade de direito privado e de caráter filantrópico, fundada em 05 de maio de 1956, tendo por finalidade organizar, manter e desenvolver atividades que promovam o bem-estar social, a saúde, a educação e a assistência espiritual à população, sem qualquer distinção, em conformidade com os princípios Cristãos Evangélicos, sem fins econômicos ou lucrativos.

O reconhecimento da entidade de fins filantrópicos, no âmbito federal, está devidamente consubstanciado pelo Conselho Nacional de Assistência Social, órgão vinculado ao Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome, consoante às disposições contidas no art. 3º da Lei nº 8.742 de 07 de dezembro de 1993, bem como pelo Decreto Lei nº 86.174 de 02 de julho de 1981. Conta, também, reconhecimento em nível estadual no Estado do Espírito Santo, através da Lei nº 1.761 de 02 de janeiro 1983, e em nível municipal no Município de Vila através da Lei nº 1.405 de 09 de fevereiro de 1972.

A Portaria nº 105 de 30 de janeiro de 2015, expedida pelo Ministério da Saúde, garantiu o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, à Associação Evangélica Beneficente Espírito Santense - AEBES, até o dia 28 de dezembro de 2016.

A AEBES encontra-se devidamente habilitada como Organização Social pela Lei Complementar Estadual nº 489/2009 e suas regulamentações, publicada no Diário Oficial do Estado do Espírito Santo em 19 de março de 2010.

A AEBES firmou contrato de gestão nº 001/2012, com a Secretaria de Saúde do Estado do Espírito Santo, o qual foi publicado em 01 de novembro de 2012, com vigência de 60 meses, para gerir o Hospital Estadual Dr. Jayme Santos Neves com sede na Avenida Paulo Pereira Gomes, sem número, Morada de Laranjeiras, Serra - ES, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas, sob o nº 28.127.926/0002-42.

O HEJSN foi inaugurado no dia 24 de fevereiro de 2013 e é um marco na história do Estado.

Considerado uma unidade de saúde moderna, sendo referência para urgência e emergência, clínicas e cirúrgicas, traumatologia-ortopedia, e conta com um Centro de Tratamento de Queimados (CTQ). O hospital possui 377 leitos, que estão assim distribuídos: 47 leitos de UTI, 84 leitos de clínica cirúrgica e 61 leitos de clínica médica, 10 leitos para Centro de Tratamento de Queimados, 20 leitos de Hospital Dia, 40 leitos de UTIN/UCIN, 60 leitos de maternidade de alto risco e ainda 55 leitos para o Pronto Socorro com plantões presenciais de profissionais médicos nas seguintes especialidades oferecidas incluem Cirurgia Geral, Ortopedia, Neurocirurgia, Cirurgia Torácica, Cirurgia Vascular e Clínica Médica. O Hospital possui seis pavimentos, tem estacionamento próprio com 517 vagas e um heliponto que facilita os atendimentos de urgência e emergência.

O Hospital Estadual Dr. Jayme Santos Neves adotou conceitos globais de sustentabilidade, humanização, acessibilidade, automação, acolhimento e flexibilidade. Foi construído levando-se em consideração o estilo ecologicamente correto, inclusive aproveitando a energia solar para aquecimento de água por meio de um reservatório coletor de águas da chuva, que também permite o aproveitamento para irrigação em bacias sanitárias e lavagem de piso. O atendimento do HEJSN é 100% prestado aos pacientes usuários do Sistema Único de Saúde - SUS.

2 APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**2.1 Apresentação das Demonstrações Financeiras**

As demonstrações financeiras, inclusive as notas explicativas, estão expressas em reais e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, de acordo com a ITG 2002 - Entidade sem Finalidade de Lucros, e nos aspectos não abordados por esta interpretação, aplicou-se a NBC TG 1000 - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas.

Na elaboração das demonstrações financeiras, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações contábeis da entidade incluem, portanto, estimativas referentes à seleção da vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões necessárias para processo judiciais, dentre outras. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 27 de fevereiro de 2015.

2.2 Continuidade

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no princípio da continuidade, que pressupõe que uma entidade está em plena atividade e irá manter-se em operação por um futuro previsível. Partindo deste pressuposto a entidade informa que não tem a intenção e nem a necessidade de entrar em liquidação,

CONTINUA

CONTINUAÇÃO

e nem reduzir materialmente suas operações de prestação de serviços. A entidade informa que possui um contrato de gestão para a operacionalização da unidade do Hospital Estadual Dr. Jayme Santos Neves, contrato nº 001/2012, assinado pela AEBES e a Secretaria de Estado da Saúde, publicado em 01 de novembro de 2012, com vigência de 60 meses. Este contrato até a presente data apresenta resultados de excelência quanto ao cumprimento das obrigações e responsabilidades assumidas junto a contratante. Sendo assim a entidade informa que esta unidade até o término do contrato em 01 novembro de 2018 não prevê descontinuidade das operações.

2.3 Reclasseificações no Exercício Anterior

Exclusivamente para fins de comparação as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 estão apresentadas com as reclasseificações na conta de outros ativos circulantes, entre o ativo imobilizado e intangível, assim como de fornecedores e outras contas a pagar.

Desse modo, apenas para efeito de apresentação os grupos de "(-) Depreciações Acumuladas" e "Receita Diferida de Investimento" foram agrupados no grupo "Imobilizado", assim como o grupo de "(-) Amortizações" foi agrupado em "Intangível". Ademais, o valor líquido de R\$2.492.889 referentes a *softwares* foram reclasseificados do ativo imobilizado para ativo intangível, em virtude de tais ativos serem considerados como bens não corpóreos. Nestes grupos ainda, foi reclasseificado do imobilizado para o intangível a parcela da receita diferida de investimento que guarda relação com os ativos intangíveis, no montante de R\$2.485.961, conforme evidenciado na Nota 9.

Além disso, a conta "fornecedores" e "outras contas a pagar" apresentada nas demonstrações financeiras anteriores de 31 de dezembro de 2013, foram agrupadas no grupo "fornecedores e outras contas a pagar", efetuando assim, a reclasseificação dos valores R\$ 9.302.801 e R\$ 14.106 respectivamente, totalizando R\$ 9.316.907, conforme Nota 11.

Foram agrupadas ainda as contas "Outros Créditos", "Adiantamentos", "Despesas antecipadas" e "Contas Correntes", nos valores de R\$ 21.098, R\$ 117.222, R\$ 2.116 e R\$ 10.553, respectivamente, em 31 de dezembro de 2013, criando o grupo "Outros ativos circulantes", totalizando R\$ 150.988, conforme demonstrado na Nota 7.

3 RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração de estas demonstrações contábeis estão descritas a seguir:

(a) Instrumentos Financeiros Básicos

A entidade mensura seus ativos financeiros e passivos financeiros básicos, como definido na seção 11 da NBC TG 1000 – Instrumentos Financeiros Básicos, aprovada pela resolução CFC nº 1.285/2010. Os instrumentos financeiros básicos da entidade são classificados como empréstimos e recebíveis e são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de taxa de juros efetiva, deduzido de perda por redução ao seu valor recuperável, exceto as propriedades para investimento que são mantidos ao valor justo com ajuste em resultado. Considerando que o ajuste a valor presente – AVP, envolve elementos do ativo e passivo de longo prazo, e que os demais ativos e passivos de curto prazo somente deverão ser ajustados ao seu valor presente, caso o ajuste tenha efeito relevante nas demonstrações financeiras, a entidade informa que realiza o ajuste a valor presente dos ativos e passivos de curto prazo quando representarem relevância para as demonstrações financeiras. Os instrumentos financeiros básicos da entidade incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, outros ativos circulantes e não-circulantes, fornecedores e outras contas a pagar, obrigações e provisões sociais e obrigações fiscais.

(b) Caixa e Equivalente de Caixa

As contas de caixa e equivalentes de caixa são representadas pelos recursos financeiros que se encontram à disposição da entidade, compreendendo os meios de pagamento em moeda e em outras espécies, os depósitos bancários e os títulos de liquidez imediata e com risco insignificante de mudança de valor de mercado.

As disponibilidades se identificadas como valores disponíveis com restrição, cuja movimentação está vinculada a projetos de subvenção para investimentos e custeios aprovados (Nota 4).

(c) Contas a Receber de Clientes

Os valores de clientes são inicialmente, reconhecidos pelo valor nominal (valor justo) e subsequentemente, quando aplicável, são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros, deduzidos das perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa – PECLD.

As perdas estimadas são calculadas com base na média percentual histórica dos recebimentos ao longo dos três últimos exercícios anteriores. O percentual de inadimplência é aplicado sobre o saldo final dos clientes a receber. Para os clientes que já possuíam cobrança judicial e/ou administrativa a regra aplicada foi manter os 100% da dívida, em perdas (PECLD). O valor das perdas é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável (Nota 5).

(d) Estoques

Os estoques estão demonstrados ao valor do custo. O método para avaliação do custo é determinado pelo custo médio ponderado de aquisição, que não superam os preços de mercado (Nota 6).

Os estoques referem-se, substancialmente, a medicamentos e material médico-hospitalar, que estão ligados diretamente a atividade fim da entidade.

(e) Imobilizado

O imobilizado está registrado pelo custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação (Nota 8). Os gastos com a manutenção do ativo fixo, quando representam melhorias (aumento da vida útil ou capacidade operacional), são capitalizados e os gastos remanescentes são debitados nas contas de despesas, quando incorridos. As taxas anuais de depreciação adotadas são calculadas pelo método linear, com base na estimativa de vida útil dos ativos, conforme segue abaixo:

Edificações	4%
Móveis, utensílios, instalações, máquinas e equipamentos	10%
Veículos	20%
Equipamentos de informática	20%

(f) Intangível

Está demonstrado ao custo histórico de aquisição. A amortização é calculada pelo método linear, limitados ao prazo de cinco anos (Nota 9).

(g) Contas de Compensação – Imobilizado de Terceiros

Esta conta representa os bens que estão em poder da AEBES, recebidos da Secretaria de Estado da Saúde – SESA e destinados a abertura e à operacionalização do Hospital Estadual Dr. Jayme Santos Neves, conforme previsto no Contrato de Gestão nº 001/2012, Anexo IV – Termo de Permissão de Uso, nos termos do artigo 21 do Decreto nº 2484-R, do ES (Nota 18).

(h) Provisões

As provisões são reconhecidas quando a entidade tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e que uma estimativa confiável do valor seja feita.

(i) Doações

A entidade recebe doações de pessoas físicas e/ou jurídicas. Neste período o valor recebido foi de R\$9.542, em 2013 a entidade não recebeu doações (Nota 19).

(j) Auxílios e Subvenções

O Hospital Estadual Dr. Jayme Santos Neves recebe recursos específicos para aplicação em investimento através do Contrato de Gestão nº 001/2012, no qual são elaborados projetos para utilização do recurso liberado.

(k) Passivos contingentes

Conforme preceitua a seção 21 da NBC TG 1000, que trata sobre as Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, passivos contingentes são obrigações possíveis que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade.

Os passivos contingentes não são registrados contabilmente, entretanto são divulgados em nota explicativa (Nota 16), a menos que seja remota a possibilidade de uma saída de recursos que incorporem benefícios econômicos.

(l) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

(m) Contabilização de custos, despesas e receitas

Conforme Contrato de Gestão, firmado entre a AEBES – Associação Evangélica Beneficente Espírito Santense e a SESA – Secretaria de Estado da Saúde, os recursos assistenciais repassados devem ser utilizados com a finalidade única de subsidiar as operações oferecidas pelo Hospital Estadual Dr. Jayme Santos Neves. Dessa forma, as receitas apuradas no exercício são registradas de acordo com a correlação dos totais de despesas auferidas no mesmo período.

As despesas apuradas serão objeto de parecer por parte da SESA – Secretaria de Estado da Saúde para fiscalização e monitoramento do Contrato de Gestão. Desta forma, os montantes registrados desde o início das operações do Hospital Estadual Dr. Jayme Santos Neves, poderão sofrer alterações, de acordo com os resultados alcançados na análise das informações e na conclusão do parecer da Comissão de Avaliação.

(n) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

4 CAIXA E EQUIVALENCIA DE CAIXA

O caixa e equivalentes de caixa são específicos para utilização no objeto do Contrato de Gestão nº 001/2012 de operacionalização e execução dos serviços de saúde do HEJSN. Os recursos disponíveis são de uso exclusivo do HEJSN para operacionalização de suas atividades.

	Em 31 de dezembro de 2014	Em 31 de dezembro de 2013
Caixa:		
Caixa	785	1.869
	785	1.869
Banco conta movimento:		
Com restrição	9.495.815	13.747
	9.495.815	13.747
Aplicações vinculadas a Projetos / Convênios:		
CDB / RDB	3.504.299	11.493.277
	3.504.299	11.493.277
	13.000.899	11.508.892

5 CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Os valores de clientes são representados unicamente pela SESA – Secretaria de Estado da Saúde, por se tratar de um contrato específico para operacionalizar o Hospital Dr. Jayme Santos Neves, hospital do Estado.

	Em 31 de dezembro de 2014	Em 31 de dezembro de 2013
SESA - Secretaria de Estado da Saúde	21.355.207	10.736.142
	21.355.207	10.736.142
(-) Perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa	(1.234.749)	-
	20.120.458	10.736.142

O valor das perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa (PECLD) foi calculado com base na média percentual histórica dos recebimentos ao longo dos três últimos exercícios anteriores. O percentual médio da

CONTINUA

CONTINUAÇÃO

inadimplência foi aplicado sobre o saldo final dos clientes a receber em 31 de dezembro de 2014. Para os clientes que já possuíam cobrança judicial e/ou administrativas a regra aplicada foi manter 100% da dívida em perdas (PECLD). O quadro a seguir demonstra o cálculo da perda estimada.

Classificação do Cliente	Cálculo da taxa média de inadimplência				Valor da Perda
	Exercício 2011 (a)	Exercício 2012 (a)	Exercício 2013	Média	
Cliente Faturado - SESA	-	-	0,00%	0,00%	-
Cliente com cobrança Administrativa - SESA	-	-	100,00%	100,00%	1.234.749
					1.234.749

(a) O HEJSN iniciou suas atividades em 24 de fevereiro de 2013. Considerando que a entidade não possui, em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, valores a receber de longo prazo, assim como os valores de curto prazo existentes possuem vencimento inferior a 90 dias, não há necessidade de reconhecimento de ajuste a valor presente, uma vez que se referem a créditos de curto prazo em que o recebível é reconhecido com base no valor à vista não descontado da entidade, que normalmente é o preço da nota fiscal, conforme preceitua a seção 11 da NBC TG 1000.

6 ESTOQUES

Os estoques estão avaliados pelo método do custo médio ponderado de aquisição, reduzidos dos valores de perdas por validade vencida, embalagem violada, quebra e desuso, que reduzem o valor recuperável

dos estoques.

	Em 31 de dezembro de 2014		Em 31 de dezembro de 2013	
	%	R\$	%	R\$
Medicamentos	45%	1.183.158	54%	1.122.865
Material Médico Hospitalar	40%	1.037.483	41%	849.502
Outros	15%	400.748	5%	97.422
		2.621.389		2.069.789
Valores baixados do estoque		147.004		5.876

7 OUTROS ATIVOS CIRCULANTES

Estão representados por valores adiantados a fornecedores e empregados, despesas antecipadas e outros, todos registrados pelo valor do custo histórico.

	Em 31 de dezembro de 2014	Em 31 de dezembro de 2013
Outros Créditos	685	685
Adiantamentos a Fornecedores	297.630	109.176
Adiantamentos a Empregados	-	613
Adiantamentos de Férias	150.486	7.434
Despesas Antecipadas	25.940	2.115
Contas Correntes	10.553	10.553
Tributos e impostos a recuperar	41.035	-
Empréstimos de Materiais e Medicamentos	213.917	20.411
	740.246	150.988

8 IMOBILIZADO

Considerando o Contrato de Gestão nº 001/2012 firmado entre a AEBES – Associação Evangélica Beneficente Espírito Santense e a SESA – Secretaria de Estado da Saúde com o objetivo de operacionalizar os serviços de saúde do Hospital Estadual Dr. Jayme Santos Neves, conforme Cláusula Sétima – DOS RECURSOS FINANCEIROS, parágrafo terceiro, e Termo Aditivo nº 002/2013 Cláusula Primeira, item 1.1.1, será destinado a título de recursos para investimento nos primeiros quinze meses (novembro de 2012 a janeiro de 2014), o valor correspondente a R\$ 6.703.665 (Seis milhões, setecentos e três mil, seiscentos e sessenta e cinco reais) e conforme o Termo Aditivo nº 003/2014 o valor de R\$ R\$ 5.826.173 (cinco milhões, oitocentos e vinte e seis mil e cento e setenta e três reais) para o período de fevereiro de 2014 a janeiro de 2015. Estes recursos serão utilizados para aquisição de bens e/ou reforma predial.

Por se tratar de recursos destinados exclusivamente para investimento, a entidade com base na seção 24 da NBC TG 1000, que trata da Subvenção e Assistência Governamental, realiza os registros no passivo como recursos públicos para investimento a realizar e estes recursos recebidos serão reconhecidos como receita durante a vida útil do bem depreciável.

	Taxa anual de depreciação %	Custo Histórico			Custo Histórico 31/12/2014	Depreciações Acumuladas	Depreciações do Período	Saldo Residual 31/12/2014	Saldo Residual 31/12/2013
		31/12/2013	Adições	Baixas					
Equipamentos Hospitalares	10%	2.536.935	1.355.915	-	3.892.850	(426.735)	(333.163)	3.466.115	2.443.363
Equipamentos de Informática	20%	32.607	32.663	(5)	65.265	(11.671)	(9.410)	53.594	30.346
Moveis e Utensílios	10%	411.846	163.324	(13.456)	561.713	(62.614)	(51.316)	499.099	400.547
Instalações	10%	-	71.604	-	71.604	(760)	(760)	70.844	-
		2.981.387	1.623.505	(13.461)	4.591.431	(501.780)	(394.649)	4.089.652	2.874.256
(-) Receita Diferida de Imobilizado								(3.962.891)	(2.851.092)
(-) Redução no Saldo de Depreciação por Baixas do Imobilizado							(602)		
							395.251	126.761	23.165

9 INTANGÍVEL

O ativo intangível é composto por *softwares*, sistemas informatizados de gestão, adquiridos com recursos próprios e com subvenção governamental, utilizados nas atividades da entidade. Os recursos de subvenção são registrados no passivo quando do seu recebimento e reconhecidos como receita durante a vida útil do bem amortizável, conforme orientação da seção 24 da NBC TG 1000, que trata da Subvenção Governamental.

	Taxa anual de depreciação %	Custo Histórico			Custo Histórico 31/12/2014	Amortizações Acumuladas	Amortizações do Período	Saldo Residual 31/12/2014	Saldo Residual 31/12/2013
		31/12/2013	Adições	Baixas					
Softwares	20%	2.709.607	389.216	(144)	3.098.679	(819.877)	(603.159)	2.278.801	2.492.889
		2.709.607	389.216	(144)	3.098.679	(819.877)	(603.159)	2.278.801	2.492.889
(-) Receita Diferida do Intangível								(2.270.238)	(2.485.961)
								8.563	6.929

10 AJUSTE AO VALOR RECUPERÁVEL – IMPAIRMENT

A entidade não realizou o teste de redução ao valor recuperável de seu ativo imobilizado da unidade do Hospital Estadual Dr. Jayme dos Santos Neves, em decorrência do objeto do contrato firmado entre a entidade e a Secretária de Estado da Saúde – SESA que prevê apenas a operacionalização dos serviços do hospital estadual público Dr. Jayme Santos Neves, todo os bens do ativo imobilizado pertencem ao Estado e estão em poder da AEBES conforme previsto no Contrato de Gestão nº 001/2012, Anexo IV - Termo de Permissão de Uso, nos termos do artigo 21 do Decreto nº 2484-R, do ES, e a entidade deverá transferir integralmente ao Estado em caso de rescisão do contrato, o patrimônio, os legados ou doações que lhe foram destinados, os excedentes financeiros decorrentes da prestação de serviços de assistência à saúde, os bens e recursos pré-existentes ao contrato ou adquiridos com recursos a ele estranhos e de atividades próprias da entidade, diferentes e não relacionadas ao contrato de gestão.

11 FORNECEDORES E OUTRAS CONTAS A PAGAR

Os valores de fornecedores e outras contas a pagar são inicialmente, reconhecidos pelo valor nominal (valor justo) e subsequentemente, quando aplicável, são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros, acrescidos quando devido, dos correspondentes encargos dos títulos vencidos, incorridos até a data da apresentação das demonstrações financeiras.

	Em 31 de dezembro de 2014	Em 31 de dezembro de 2013
Fornecedores Gerais de Estoque	2.359.335	2.078.972
Fornecedores de Serviços	608.323	85.448
Repasse Médico	6.573.393	6.017.585
Fornecedores de Outras Contas a Pagar	336.049	263.716
Fornecedores Despesas a pagar	1.309.083	857.081
Empréstimos e Manipulação de Materiais e Medicamentos	260.387	14.106
	11.446.571	9.316.907

Considerando que a entidade não possui, em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, valores a pagar de longo prazo, assim como os valores de curto prazo existentes possuem vencimento inferior a 90 dias, não há necessidade de reconhecimento de ajuste a valor presente, uma vez que se referem a débitos de curto prazo em que a dívida é reconhecida com base no valor à vista não descontado da entidade, que normalmente é o preço da nota fiscal, conforme preceitua a seção 11 da NBC TG 1000.

12 OBRIGAÇÕES SOCIAIS

As obrigações sociais estão representadas pelos valores devidos sobre a folha de salários dos funcionários como o INSS, o PIS e o FGTS. Além disso, compõem as obrigações sociais a retenção do INSS pela cessão de mão-de-obra, assim como as contribuições retidas de terceiros.

	Em 31 de dezembro de 2014	Em 31 de dezembro de 2013
Salários a Pagar	2.327.316	2.024.008

CONTINUA

Vitória (ES), Quarta-feira, 29 de Abril de 2015.

63

CONTINUAÇÃO

Rescisões a Pagar	16.952	264		Em 31 de dezembro de 2014	Em 31 de dezembro de 2013
Pensão Judicial/Alimentícia	2.437	372			
Contribuição Social/Sindical	2.696	6.282			
FGTS a Pagar	330.893	247.046	Provisão de Férias	2.777.763	1.797.241
INSS a Pagar - Folha	239.779	212.475	Encargos sobre Provisão de Férias	256.937	159.679
INSS sobre Prestação de Serviços	81.006	34.490		3.034.700	1.956.920
IRRF - Folha	188.874	130.848			
PIS a Pagar - Folha	52.279	37.378			
PIS/COFINS/CSLL Lei nº 10.833/2003	6.109	32.164			
Plano Odontológico	10.321	-			
	3.258.661	2.725.327			

14 OBRIGAÇÕES FISCAIS

Em função do caráter beneficente da entidade, as obrigações fiscais estão representadas apenas pelas retenções do imposto de renda na fonte e ISS na fonte sobre as prestações de serviço.

	Em 31 de dezembro de 2014	Em 31 de dezembro de 2013
Imposto de Renda Retido na Fonte	102.347	82.255
ISS - Retenção	103.984	166.989
	206.331	249.244

13 PROVISÕES SOCIAIS

O saldo das provisões sociais foi provisionado com base na remuneração mensal do funcionário respeitando a quantidade de avos devidos a que tenha direito, bem como os encargos sociais incidentes sobre os valores objetos da provisão, respeitando o princípio da competência.

15 RECURSOS PÚBLICOS A REALIZAR

Considerando a natureza do Contrato de Gestão nº 001/2012 firmado entre a AEBES - Associação Evangélica Beneficente Espírito Santense e a SESA - Secretaria de Estado da Saúde com o objetivo de operacionalizar os serviços de saúde do Hospital Estadual Dr. Jayme Santos Neves, conforme Cláusula Terceira - OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA, item 3.1.9 - "Transferir, integralmente, à CONTRATANTE em caso de desqualificação e consequente extinção da Organização Social, e/ou rescisão deste contrato, o patrimônio, os legados ou doações que lhe foram destinados, bem como os excedentes financeiros decorrentes da prestação de serviços de assistência à saúde no Hospital Estadual Dr. Jayme Santos Neves cujo o uso lhe fora permitido, ressaltados o patrimônio, bens e recursos pré-existentes ao Contrato ou adquiridos com recursos a ele estranhos e de atividade próprias da entidade, diferentes e não relacionadas ao Contrato de Gestão", e considerando também que não há nas normas contábeis vigentes tópicos específicos sobre a administração privada de entidade pública, consideramos por analogia a seção 24 da NBC TG 1000, que trata de subvenção governamental. Esta norma considera que a subvenção governamental por ser recebida de uma fonte que não os acionistas e deriva de ato de gestão em benefício da entidade, não deve ser creditada diretamente no patrimônio líquido, mas, sim, reconhecida como receita ao longo do período, confrontada com as despesas que pretendem compensar, em base sistemática. Assim sendo, a AEBES não reconhece o recebimento dos recursos financeiros como resultado da entidade, apropriando apenas os custos incorridos no período.

15.1 Recursos Públicos para Investimento a Realizar

Recursos públicos para investimento a realizar corresponde às subvenções dos recursos financeiros de investimento recebidos da SESA - Secretaria de Estado da Saúde, destinados a aquisição de bens e/ou reforma predial para o Hospital Estadual Dr. Jayme Santos Neves. Em 31 de dezembro de 2014 o montante de R\$ 8.193.756 representa 100% dos recursos previstos para o primeiro ano de gestão e 26% para o segundo, que tem como previsão conforme aditivo contratual o valor de R\$ 5.826.173. Somados a estes recursos temos os rendimentos no valor de R\$ 176.096, resultante das aplicações realizadas no mercado financeiro dos recursos recebidos. Até 31 de dezembro de 2014 foram realizadas aquisições de bens permanentes no montante de R\$ 7.690.109, sendo R\$ 4.591.431 em imobilizado e R\$ 3.098.678 em ativos intangíveis. Estes bens foram ativados com base na seção 24 da NBC TG 1000.

	Ativo				Passivo			
	Recursos recebidos	Saldo em Bancos conta movimento	Saldo de Aplicações financeiras	Receita Diferida Imobilizado	Receita Diferida do Intangível	Rendimentos de Aplicação Financeira	Apropriação no Resultado	Saldo do Passivo
Subvenções de Investimento Em 31 de dezembro de 2012	1.000.000	-	-	-	-	-	-	1.000.000
Movimentação de 2013	5.703.482	779	1.260.059	(2.851.092)	(2.485.961)	87.527	(450.350)	3.607
Em 31 de dezembro de 2013	6.703.482	779	1.260.059	(2.851.092)	(2.485.961)	87.527	(450.350)	1.003.607
Movimentação de 2014	1.490.274	38.510	(1.006.857)	(1.111.799)	215.723	88.570	(1.395.993)	(713.227)
Em 31 de dezembro de 2014	8.193.756	39.289	253.202	(3.962.891)	(2.270.238)	176.096	(1.846.343)	290.380

15.2 Recursos Públicos para Custeio a Realizar

Recursos públicos para custeio, a realizar, correspondem aos recursos financeiros assistenciais recebidos da SESA - Secretaria de Estado da Saúde, destinados a operacionalização dos serviços de saúde do Hospital Estadual Dr. Jayme Santos Neves. Em 31 de dezembro de 2014 o montante de R\$ 269.442.645 representa o recebimento das quinze parcelas previstas no contrato de gestão referente o Aditivo nº 002/2013 e 12 parcelas do Aditivo nº 003/2014. Somados a estes recursos têm-se os rendimentos de aplicações financeiras no valor de R\$ 1.526.345, resultante dos recursos recebidos. O valor de R\$ 253.882.571 representa o montante utilizado para custear as despesas registradas durante o exercício de 2012, 2013 e 2014, conforme demonstrado por competência no quadro B abaixo:

Quadro A

	Recursos				Passivo e Receita		
	Recursos recebidos	Saldo em Bancos conta movimento	Saldo de Aplicações financeiras	Rendimento de aplicação financeira	Ressarcimento de Despesas	Apropriação no Resultado	Saldo do Passivo
Recursos Públicos a Realizar Em 31 de dezembro de 2012	5.639.516	455	5.542.283	25.784	-	(403.550)	5.261.750
Movimentação de 2013	95.751.839	12.514	4.690.935	526.184	-	(92.431.877)	3.846.146
Em 31 de dezembro de 2013	101.391.355	12.969	10.233.218	551.968	-	(92.835.427)	9.107.896
Movimentação de 2014	168.051.290	9.443.558	(6.982.121)	974.377	71.989	(161.047.145)	8.050.512
Em 31 de dezembro de 2014	269.442.645	9.456.527	3.251.097	1.526.345	71.989	(253.882.571)	17.158.408

Quadro B

Demonstrativo mensal:	2014	2013	2012
Janeiro	9.143.748	618.253	-
Fevereiro	13.862.559	2.149.398	-
Março	12.504.534	5.471.132	-
Abril	12.900.064	5.786.919	-
Maio	12.805.864	7.834.302	-
Junho	13.775.670	8.579.873	-
Julho	13.263.230	8.390.234	-
Agosto	14.063.204	8.820.107	-
Setembro	15.572.446	9.562.853	-
Outubro	14.136.852	10.653.337	-
Novembro	14.316.096	11.437.718	59.603
Dezembro	14.702.877	13.127.750	343.947
Receita Serviços de Saúde	161.047.145	92.431.877	403.550
Recursos Públicos realizados	253.882.571	92.835.427	403.550

16 PROVISÕES PARA PROCESSOS JUDICIAIS

A entidade reconhece a provisão para processos judiciais, trabalhistas e tributários, classificados com probabilidade de perda provável e a partir dos valores estimados das causas, atribuídos, corrigidos e atualizados, pelos seus assessores jurídicos, conforme preceitua a seção 21 da NBC TG 1000. Em 31 de dezembro de 2014 o montante estimado é de R\$ 1.258.053 (R\$ 142.919 em 31 de dezembro de 2013).

Os processos classificados como obrigação possível, mas incerta, são considerados como passivos contingentes e não contabilizados, por não haver a confirmação se a entidade tem ou não uma obrigação presente, conforme seção 21 da NBC TG 1000. Estas obrigações totalizam em 31 de dezembro de 2014 o montante estimado de R\$ 146.362 (R\$ 5.126 em 31 de dezembro de 2013).

Os depósitos judiciais estão registrados pelo valor histórico, e referem-se a depósitos judiciais trabalhistas, que poderão ser resgatados após desfecho dos processos.

PROCESSOS JUDICIAIS

Probabilidade de Perda	Natureza	Valor envolvido atualizado da causa 31/12/2013		Provisões Constituídas		Baixa	Valor envolvido atualizado da causa 31/12/2014	
Provisões Para Processos Judiciais								
Provável	Trabalhista		142.919	8.431	12.519	(89.796)		74.073
Provável	Tributária		-	1.131.302	56.565	(3.887)		1.183.980
			142.919	1.139.733	69.084	(93.683)		1.258.053
Passivos Contingentes								
Possível	Cível		-	-	-	-		-
Possível	Trabalhista		5.126	149.113	2.214	(10.091)		146.362
			5.126	149.113	2.214	10.091		146.362
			148.045					1.404.415

CONTINUA

CONTINUAÇÃO

DEPÓSITOS JUDICIAIS

	Valor em 31/12/2013	Novos depósitos	Baixa	Baixa	Valor em 31/12/2014
Depósitos Judiciais Trabalhistas	6.914	27.874	-	-	34.788
	6.914	27.874	-	-	34.788

17 PATRIMÔNIO SOCIAL

O HEJSN não possui Patrimônio Social em consequência da natureza do contrato celebrado entre o Estado do Espírito Santo, por intermédio da Secretaria de Estado da Saúde – SESA e a AEBES. O contrato prevê o uso do bem público para a execução do objeto contratual.

18 CONTAS DE COMPENSAÇÃO

Esta conta representa os bens que estão em poder da AEBES, recebidos da Secretaria de Estado da Saúde – SESA e destinados a abertura e à operacionalização do Hospital Estadual Dr. Jayme Santos Neves, conforme previsto no Contrato de Gestão nº 001/2012, Anexo IV - Termo de Permissão de Uso, nos termos do artigo 21 do Decreto nº 2484-R, bem como também o registro da parcela do contrato prevista para a competência ainda não realizada.

Os valores foram registrados na sua maioria com base na nota fiscal de compra do bem fornecida pela Secretaria de Estado da Saúde – SESA, em alguns casos, por ausência da nota fiscal de compra, o valor foi registrado com o valor simbólico de R\$ 1,00 para possibilitar o controle físico do bem.

	Em 31 de dezembro de 2014	Em 31 de dezembro de 2013
Imobilizado de Terceiros		
Equipamentos Hospitalares	10.391.787	10.431.009
Equipamentos de Informática	2.077	2.080
Moveis e Utensílios	2.142.556	2.141.417
Veículos	122.750	122.750
	12.659.170	12.697.256
Contrato de Gestão		
Parcelas do Contrato de Gestão em Execução	12.842.945	-
	12.842.945	-
	25.502.115	12.697.256

19 OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

A entidade classifica como outras receitas operacionais recursos de subvenções estaduais para investimentos, os valores de doações, locação de espaço conforme contrato com a empresa Eliemar José Cavatti – ME referente a prestação de serviços de lanchonete, os valores de matrículas para o programa de residência médica, no qual a entidade está credenciada junto ao Ministério da Saúde, insubsistência ativa que é representada pela redução do passivo referente a reversão no saldo de contingência trabalhista e os descontos obtidos.

	Em 31 de dezembro de 2014	Em 31 de dezembro de 2013
Receita com Subvenções		
Subvenções para investimento – Estadual	1.395.994	450.350
	1.395.994	450.350
Outras Receitas		
Receitas Diversas		
Doações de Medicamentos e Materiais	9.542	-
Locação de Lanchonete	100.495	48.000
Receita Matrícula Residência Médica	53.750	-
Insubsistência Ativa	93.683	-
	257.470	48.000
Receita Financeira		
Descontos obtidos	382	-
	382	-
	257.852	48.000
	1.653.846	498.350

20 CUSTOS DE PESSOAL PRÓPRIO

	Em 31 de dezembro de 2014	Em 31 de dezembro de 2013
Custo com Folha de Pagamento		
Salários	(25.991.294)	(17.061.880)
Horas Extras	(4.871.702)	(1.066.721)
Gratificações	(184.818)	(249.839)
Vale transporte	(383.018)	(345.495)
FGTS	(2.675.316)	(1.521.306)
PIS	(309.192)	(187.307)
	(34.415.340)	(20.432.548)
Provisões e Encargos sobre Folha de Pagamento		
Provisão de Férias	(3.596.685)	(2.204.254)
Provisão de FGTS sobre Férias	(174.383)	(151.502)
Provisão de PIS sobre Férias	(35.914)	(18.915)
Provisão de Décimo Terceiro Salário	(2.645.313)	(1.500.993)
Provisão de FGTS sobre Décimo Terceiro Salário	(194.581)	(190.622)
Provisão de PIS sobre Décimo Terceiro Salário	(24.824)	(14.329)
	(6.671.701)	(4.080.615)
Outros Custos de Pessoal		
Exames Admissionais e Demissionais	(11.950)	(153.962)
Cursos e Treinamentos	(68.593)	(34.998)
Estagiário e Menor Aprendiz	(8.713)	(6.358)
Crédito Premiação PHERTO	(478.178)	(70.320)
Plano Odontológico	(117.109)	(8.445)
Indenizações e custas Trabalhistas	(11.040)	-

	Em 31 de dezembro de 2014	Em 31 de dezembro de 2013
Alimentação	-	(45.829)
Honorários periciais	(500)	-
	(696.082)	(319.912)
	(41.783.124)	(24.833.074)

21 CUSTOS DE SERVIÇOS

	Em 31 de dezembro de 2014	Em 31 de dezembro de 2013
Custo com Serviços Médicos e Diagnóstico		
Serviços Médicos	(59.852.625)	(35.784.279)
Serviços de Banco de Sangue	(2.107.019)	(1.190.154)
Serviços de Imagem e Laboratório		
Análises Clínicas	(9.705.646)	(5.683.627)
Ajustes das Estimativas de Provisão	(71.400)	-
	(71.736.691)	(42.658.060)
Custo com Serviços Diversos		
Serviços de Manutenção e Engenharia		
Clinica e Predial	(2.066.552)	(915.632)
Serviços de Fornecimento de Alimentação	(7.134.263)	(3.952.711)
Serviços de Lavanderia	(1.295.464)	(864.049)
Serviços de Higienização	(667.682)	(259.486)
Serviços de Vigilância	(2.151.215)	(1.257.263)
Serviços de Remoção de Pacientes	(859.580)	(192.044)
Serviços de Manutenção de Sistemas	(839.328)	(520.070)
Serviços Advocatícios	(237.000)	(204.000)
Serviços de Assessoria e Consultoria	(451.562)	(337.596)
Serviços de Auditoria	(120.802)	-
Serviços com Exames e Procedimentos	(531.613)	(356.048)
Serviços Diversos	(341.843)	(153.462)
	(16.696.903)	(9.012.360)
	(88.433.593)	(51.670.420)

22 CUSTOS DE MATERIAIS

	Em 31 de dezembro de 2014	Em 31 de dezembro de 2013
Medicamentos	(9.463.042)	(3.402.556)
Material Médico Hospitalar	(7.679.252)	(3.554.948)
Gases Medicinais	(483.132)	(320.070)
Gêneros Alimentícios	(185.017)	(211.226)
Material de Higiene e Limpeza	(1.046.393)	(596.484)
Material de Expediente e Impresso	(350.334)	(258.493)
Material para Manutenção de Máquinas e Predial	(906.886)	(184.685)
Combustíveis e Lubrificantes	(572.138)	(226.465)
Materiais Descartáveis para Consumo	(203.412)	(154.118)
Material Cirúrgico de Órteses e Próteses	(1.860.485)	(1.354.879)
Bens de Pequeno Valor	(255.808)	(283.776)
Roupas Hospitalares	(185.699)	(237.969)
Baixa de Produtos do Estoque	(147.004)	(16.496)
Ajuste de Inventário	(1.048.453)	(1.089.114)
Outros Materiais de Consumo	(166.005)	(288.054)
	(24.553.060)	(12.179.334)

23 DESPESAS GERAIS

	Em 31 de dezembro de 2014	Em 31 de dezembro de 2013
Energia Elétrica	(2.907.260)	(2.762.215)
Telefone e Internet	(148.399)	(109.554)
Água e Esgoto	(398.158)	(283.329)
Locações Diversas	(564.294)	(373.756)
Outros Gastos Gerais	(154.524)	(46.362)
	(4.172.635)	(3.575.216)

24 RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

As receitas financeiras de rendimentos sobre aplicações estão registradas em conta de passivo de recursos públicos para investimento a realizar e recursos públicos para custeio a realizar conforme Nota 15.1 e 15.2.

	Em 31 de dezembro de 2014	Em 31 de dezembro de 2013
Receitas Financeiras		
Descontos Obtidos	382	-
	382	-
Despesas Financeiras		
Despesas Bancárias	(60.163)	(42.351)
Juros, Multas e Correções	(5.312)	(2.610)
	(65.475)	(44.961)
	(65.093)	(44.961)

CONTINUA

CONTINUAÇÃO

25 DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Em 31 de dezembro de 2014	Em 31 de dezembro de 2013
Taxas, Alvarás, Registros e Licenças	(81.332)	-
Multas e Infrações Fiscais	(128)	(15.566)
	(81.460)	(15.566)

26 OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	Em 31 de dezembro de 2014	Em 31 de dezembro de 2013
Baixa de Bens do Imobilizado	(13.605)	-
Brindes e Confraternizações	(154.613)	(144.290)
Outras Despesas Diversas	(1.450)	(598)
	(169.668)	(144.888)

27 BENEFÍCIOS FISCAIS

Em atendimento à Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 966/2003, a entidade informa que deixou de recolher para Previdência Social os valores do INSS patronal, SAT e Terceiros, bem como os valores de PIS, IRPJ, CSLL, COFINS e ISSQN, sobre suas receitas totais, tendo em vista o caráter de entidade beneficente.

	Em 31 de dezembro de 2014	Em 31 de dezembro de 2013
Impostos e Contribuições Federais		
Previdência Social Patronal	(7.154.332)	(4.007.575)
Previdência Social S.A.T	(715.433)	(400.758)
Previdência Social Terceiros	(2.074.756)	(1.162.197)
Previdência Social Cooperativa	(432.112)	(122.887)
PIS Faturamento	(2.106.779)	(988.289)
COFINS	(9.944.369)	(5.414.866)
	(22.427.781)	(12.096.571)
Impostos e Contribuições Municipais		
Imposto sobre Serviço - ISS	(3.220.943)	(1.848.638)
	(25.648.724)	(13.945.209)

Impostos e Contribuições Municipais

Imposto sobre Serviço - ISS	(3.220.943)	(1.848.638)
	(25.648.724)	(13.945.209)

28 GRATUIDADES

Com relação às gratuidades, nos termos da Portaria nº 3.355 de 04 de novembro de 2010 a entidade disponibiliza 100% da capacidade instalada da Unidade do Hospital Estadual Dr. Jayme Santos Neves aos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS.

29 BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A entidade oferece aos seus funcionários participação no programa PHERTO - Programa do Hospital Estadual Dr. Jayme Santos Neves de

Retenção de Talentos e Oportunidades e Plano Odontológico, enquanto permanecem com vínculo empregatício. Tais benefícios são em sua totalidade custeados pela entidade e registrados como custo de pessoal quando incorrido. Em 31 de dezembro de 2014 o montante representa R\$ 595.287 (R\$ 78.765 em 31 de dezembro de 2013).

30 TRABALHO VOLUNTÁRIO

A entidade não possui programas de trabalho voluntariado na unidade do Hospital Estadual Dr. Jayme Santos Neves.

31 SEGUROS

A entidade possui seguro com garantia contratada para incêndio, explosão, queda de raios, danos elétricos, quebra de vidros, espelhos e mármore, roubo e/ou furto qualificado de bens, vendaval, furacão, ciclone, tornado, salvamento, limpeza e/ou desentulho e lucros cessantes. Em abril de 2014 também foi contratado o seguro de responsabilidade profissional, para cobertura de reclamações de terceiros decorrentes da prestação de serviços médicos.

Os seguros mantidos pela entidade são considerados pela administração como suficientes, em função dos riscos envolvidos, propiciando as seguintes coberturas, em 31 de dezembro:

	2014 Valor da cobertura máxima	2013 Valor da cobertura máxima
Seguro Imóvel	15.208.000	15.000.000
Seguro Veículos	380.656	214.000
Seguro Responsabilidade Civil Profissional	1.000.000	-
	16.588.656	15.214.000

32 OUTROS ASSUNTOS

Em março de 2013, o Ministério Público Especial de Contas e o Ministério Público do Estado do Espírito Santo emitiram o Termo de Notificação nº 0283, referente ao Processo TC - 2299/2013, solicitando a suspensão da execução do Contrato de Gestão nº 001/2012, firmado entre a AEBES Associação Evangélica Beneficente Espírito Santense e a SESA - Secretária de Estado da Saúde, correspondente à gestão do Hospital Estadual Dr. Jayme Santos Neves.

O processo movido pela Defensoria Pública do Município da Serra, até a presente data não teve liminar concedida contra a AEBES - Associação Evangélica Beneficente Espírito Santense. Sem a referida liminar, motivou-se o ajuizamento pela defensoria, de AGRAVO DE INSTRUMENTO, recentemente julgado pelo Tribunal a favor da AEBES conforme ACORDÃO expedido em 02 de dezembro de 2014 e publicado em 15 de dezembro de 2014.

* * *

Sebastião Vicente de Oliveira
Presidente

Eli Saar
Tesoreroiro

Denise Hell Elias
Contadora CRC-ES 013149/O-4

Protocolo 146834



*Efetividade,
transparência,
responsabilidade e
qualidade.*

Tudo em um só lugar.

Departamento de Imprensa Oficial do Espírito Santo

Av. Mal. Mascarenhas de Moraes, nº 2375 - Bento Ferreira
Vitória/ES - CEP: 29050625 | Telefone: 27 3636.6929
www.dio.es.gov.br